

Regulamento do Conselho Técnico-Científico do Instituto Superior de Novas Profissões (INP)

Artigo 1º

Função e composição

1 - O Conselho Técnico-Científico é o órgão colegial de gestão técnico-científica do INP.

2 - O Conselho Técnico-Científico é composto do seguinte modo:

- a) O Diretor do INP, que preside;
- b) Representantes eleitos pelos conjuntos dos:
 - i) Professores de carreira;
 - ii) Equiparados a professor, em regime de tempo integral, com contrato com o INP, há mais de dez anos nessa categoria;
 - iii) Docentes, com o grau de doutor, em regime de tempo integral, com contrato de duração não inferior a um ano, independentemente da natureza do vínculo ao INP;
 - iv) Docentes, com título de especialista, não abrangidos pelas alíneas anteriores, em regime de tempo integral, com contrato com o INP há mais de dois anos.
- c) Representantes das unidades de investigação reconhecidas e avaliadas positivamente nos termos da lei, quando existam;
 - i) Escolhidos nos termos previstos nos regulamentos das unidades orgânicas;
 - ii) Num número correspondente a 25% do total do conselho, podendo ser inferior quando o número de unidades de investigação for inferior a esse valor.
- d) Personalidades de reconhecida competência no âmbito da missão do INP, propostos pelo Diretor e aprovados pela maioria dos membros do Conselho.

3 - Os membros a que se referem as alíneas b) e c) do número anterior são membros do Conselho enquanto se mantiverem no exercício das respetivas funções.

4 - O mandato dos membros a que se referem as alíneas b), c) e d) do n.º 2 é de três anos, podendo ser renovado.

5 - Caso não se verifiquem condições de elegibilidade de todos os representantes previstos na alínea b) do n.º 2, o Conselho é composto, quanto a estes, pelos que for possível eleger.

6 - O processo de eleição dos membros a que se referem as alíneas b) e c) do n.º 2 consta de regulamento próprio.

Artigo 2º

Competência

Compete ao Conselho Técnico-Científico:

- a) Aprovar, nos termos da lei, a estrutura dos cursos, sua duração, planos de estudos e funcionamento no tempo;
- b) Definir as linhas de orientação científica e pedagógica da atividade do INP, designadamente no que se refere a calendários letivos e épocas de exames, métodos, processos e critérios de avaliação da aprendizagem e da melhoria do rendimento escolar;
- c) Avaliar os resultados do ensino-aprendizagem;
- d) Contribuir para a definição da política de investigação científica do INP;
- e) Apreciar o mérito científico e pedagógico dos docentes e formadores e o valor científico e pedagógico de experiências, estágios, visitas de estudo, textos ou outros elementos de estudo distribuídos aos alunos;
- f) Apreciar o valor científico de estudos realizados;
- g) Dar parecer sobre ações de formação e de aperfeiçoamento dos docentes;
- h) Dar parecer sobre os regulamentos das atividades científicas do INP;
- i) Dar parecer sobre as propostas de admissão de pessoal docente;
- j) Propor ou pronunciar-se sobre a concessão de títulos ou distinções honoríficas;
- k) Propor ou pronunciar-se sobre a instituição de prémios escolares;
- l) Propor ou pronunciar-se sobre a realização de acordos e de parcerias internacionais;
- m) Propor a composição dos júris de provas e de concursos académicos;

- n) Pronunciar-se sobre todos os assuntos de natureza científica que o Diretor decida submeter à sua apreciação;
- o) Pronunciar-se, a pedido da entidade instituidora do INP ou do seu Diretor, sobre matérias relacionadas com a gestão administrativa do Instituto.

Artigo 3º

Funcionamento

- 1 - O Conselho Técnico-Científico reúne, em sessão ordinária, uma vez por trimestre e, em sessão extraordinária, sempre que for convocado pelo seu presidente.
- 2 - O Conselho pode deliberar desde que esteja presente na reunião a maioria dos seus membros.
- 3 - As deliberações são tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade, e devem ser exaradas em atas das reuniões.

Lisboa, 15 de dezembro de 2016

O Presidente do Conselho Técnico-científico



Professora Doutora Mafalda Patuleia